

Dos complexos agroindustriais a ascensão dos *agrichusters*

Diane Aparecida Ostroski (UEM) dianeostroski@uol.com.br
Natalino Henrique Medeiros (UEM) nmedeiros@uem.com.br

Resumo

Este estudo teve por objetivo efetuar uma análise bibliográfica, sob o enfoque da transformação do cenário do agronegócio brasileiro, desde o surgimento dos complexos agroindustriais a ascensão dos agrichusters, visando auxiliar no maior entendimento deste fenômeno que emerge como uma alternativa para a competitividade das regiões que têm na atividade agroindustrial sua base de sustentação. Também, deixa como interrogação o modo errôneo que este termo vem sendo utilizado por diversos teóricos, que acabam por caracteriza-lo como simples aglomerados de empresas ou até mesmo como cadeias produtivas. Assim, um aporte mais criterioso em termos de análise bibliográfica é o que ainda necessitam os estudos em termos de agrichuster para poder levar ao leitor conhecimentos munidos de informações precisas, isentas de questões dúbias, como está ocorrendo em grande parte das análises.

Palavras chave: Agronegócio, Competitividade, *Agrichusters*.

1. Introdução

Diversos são os conceitos utilizados pela literatura para enfatizar a transformação histórica dos distintos fenômenos que ocorreram na agricultura no decorrer dos anos. Todos buscam elucidar as diferentes fases da evolução das inter-relações entre o setor agrícola e os demais setores da economia. Dessa forma, se faz necessário entender estas mudanças, desde o apogeu dos "complexos" até a ascensão dos *agrichusters*.

O termo complexo difundiu-se nos anos 50 a partir das teorias de desenvolvimento econômico, especialmente através das idéias dos economistas Hirschman e Perroux. A preocupação dos autores centrava-se em questões voltadas ao "poder de dominação" que certas indústrias exerciam sobre as outras em determinado "espaço econômico", levando ao desenvolvimento do conceito de "complexo industrial" (GRAZIANO, 1991).

Nessa época houve elevado crescimento da indústria voltada à agricultura, a qual incorporou progressos tecnológicos de ampla magnitude, com a chamada revolução verde. Com esse fenômeno, o uso do termo "complexo industrial" também foi utilizado para mostrar o forte relacionamento entre indústria-agricultura. Surge então, o "*agribusiness*".

Assim como nos países desenvolvidos, o setor agropecuário brasileiro na década de 50, também passou por importantes mudanças, onde o avanço técnico nas práticas administrativas e produtivas possibilitou o crescimento de uma rede extensa e complexa de organizações públicas e privadas em prol deste setor, daí *agribusiness*, que traduzido, virou complexo agroindustrial (CAI) ou agronegócio.

Nos anos 60, Goldberg, da academia norte-americana e Malassis da academia francesa ampliaram o conceito de *agribusiness* para incluir o "*commodity system approach*" (CSA) e o conceito de *filière* dando ênfase a casos particulares de alguns produtos, enfocando processos *a montante* e *a jusante* da atividade. Surgiam então, na visão norte-americana, os "Sistemas Agroindustriais" (SAG's) e na visão francesa as "Cadeias Agroindustriais".

No Brasil, o conceito de “cadeia produtiva” foi introduzido no final dos anos 80. Apregoava-se nesta época, que a agropecuária consistia em um setor autônomo, independente dos demais elos *ex ante* e *ex post* à propriedade. Porém, com a noção de “cadeia produtiva”, o setor passou a ser visto como parte integrante do complexo agroindustrial.

Contudo, as recentes transformações ocorridas no agronegócio brasileiro provocaram mudanças nas formas e nos meios de produção e organizações das cadeias produtivas. Nesse sentido, emerge um novo conceito representativo dos aglomerados produtivos os chamados “clusters”.

As análises mais recentes na economia brasileira sobre *cluster* remontam ao cenário do agronegócio. Com base em seu conceito original, a Associação Brasileira do *Agribusiness*, propôs a utilização do termo *agricluster*, para reportar-se aos estudos de caso voltados a todo complexo agroindustrial. A aplicação de *agricluster* tem como meta principal, fortalecer a competitividade das regiões que têm no agronegócio parcela expressiva de sua renda.

No entanto, muitos estudos de caso envolvendo o emprego desse conceito são feitos de maneira desordenada, sem levar em consideração o verdadeiro sentido do termo e a maneira como deve ser empregado. Em grande parte são confundidos com simples aglomerações de empresas locais ou até mesmo com cadeias produtivas. A falta de subsídios teóricos e práticos é o principal entrave para as análises em termos de *agricluster*.

2. A Questão dos Complexos Industriais e Agroindustriais

Uma primeira abordagem, de vasta utilização na explicação das relações intersetoriais entre a indústria e a agricultura, que busca sistematizar as inter-relações e dar-lhes aporte analítico é a dos complexos industriais. Graziano da Silva (1991) considera que um complexo é formado por uma série de relações multideterminadas de encadeamento, de coordenação ou de controle entre seus vários elementos membros e/ou etapas do processo. A origem dessa noção aparece a partir das teorias de desenvolvimento econômico surgidas durante as décadas de 50 e 60 através de Hirschman e Perroux.

A idéia comum aos dois autores centra-se na proposição de que para que ocorra o desenvolvimento é necessária a existência de atividades produtivas que completem determinados setores da economia que representam lacunas na estrutura produtiva dos países e regiões. O investimento nessas atividades, teriam o poder de induzir o surgimento de várias outras *a montante* e *a jusante*. A partir dessa idéia, surge o conceito de “agrupamento de indústrias” (Hirschman, 1958). Assim, a introdução de uma nova técnica em um determinado setor acarretará o surgimento de pressões para que no momento imediatamente posterior ocorram inversões nos demais setores da economia ou alterações em sua forma de produzir.

Perroux (1975), diferentemente de Hirschman, aponta ainda a existência de um relacionamento dessa abordagem com as noções fundamentais de “espaço econômico” e de “poder de dominação”, fato que o levou a desenvolver o conceito de complexo de indústrias, no qual identifica o papel de liderança que certas unidades produtivas detêm numa economia. Surgem então, os complexos industriais, que podem ser definidos como sendo o agrupamento de indústrias cujos fluxos de bens e serviços se inter-relacionam.

A partir desse conceito, vários autores nacionais concentraram esforços para definir a idéia de complexos industriais aplicados à economia brasileira. Assim, Pereira (1985, p.22) redefina o complexo industrial como também sendo “o espaço onde se encontram recompostos os elos de interligação e interdependência de algumas indústrias, cujas relações econômicas são mais significativas”.

Sendo a década de 50 marcada por intensos progressos tecnológicos, especialmente no setor

produtivo da economia, com a chamada revolução verde, o uso do termo “complexo industrial” também foi utilizado para mostrar o forte relacionamento da indústria voltada à agricultura. Surge então o termo “agribusiness”.

O termo *agribusiness* foi cunhado em 1955 por Davis e Goldberg, da Universidade de Harvard, reconhecendo um novo padrão competitivo da agricultura. Neste sentido, passam a definir o *agribusiness* como sendo a "*soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados*" (1957 *apud* BATALHA, 1997, p.25).

No Brasil, a década de 50 foi marcada por importantes mudanças no setor agropecuário, onde o avanço técnico nas práticas administrativas e produtivas possibilitou o crescimento de uma rede extensa e complexa de organizações públicas e privadas em prol deste setor, formando o sistema de alimentos e fibras. Deu-se lugar a uma análise que buscou destacar um sistema interligado de produção, processamento e comercialização de bens de origem agropecuária, com o objetivo de satisfazer o consumidor urbano com uma ampla gama de produtos elaborados, diferenciados, facilmente utilizáveis e com preço e qualidade compatíveis, daí *agribusiness*, que traduzido, virou complexo agroindustrial (CAI) ou agronegócio.

Nos anos 60, Goldberg (1968, *apud* Zylberstajn; Neves, 2000, p.12) ampliou o conceito para incluir o "*commodity system approach*" (CSA), ao examinar casos particulares de determinados produtos. Surgiam então, na visão norte-americana, os "sistemas agroindustriais" (SAG's).

Além dos teóricos norte-americanos citados, destaca-se também, nos estudos referentes ao *agribusiness*, o francês Louis Malassis, do Institut Agronomique Méditerranée de Montpellier. Através de seus estudos, Malassis (1985 *apud* Zylberstajn; Neves, 2000) dividiu o complexo agroindustrial em quatro subsetores: o das empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção, chamadas de "*indústrias a montante*"; o agropecuário; o das *indústrias a jusante* e o de distribuição de alimentos. Malassis destacou ainda a importância de analisar os fluxos e encadeamentos por produto dentro de cada um desses subsetores. Para isso utilizou a noção de cadeia ou “*filière*” ou cadeia agroalimentar.

No Brasil, o termo “cadeia produtiva” foi introduzido nos anos 80, através do empresário Ney Bittencourt. Tinha-se, nesta época, uma visão isolacionista da agropecuária, onde os problemas que afetavam este setor restringiam-se apenas a ele, sem influenciar outros segmentos agroindustriais. Porém, com a noção de “cadeia produtiva”, o todo ganhou força.

Mais recentemente, construções teóricas ligadas à economia de redes, tecnologia da informação e gestão de cadeias de suprimentos, têm avançado no aprofundamento do referencial teórico dessas correntes de idéias. O mais novo conceito explorado por diversos teóricos centra-se nos aglomerados produtivos articulados em "*clusters*" ou os "*agriclusters*".

4. Ascensão dos *Agriclusters*: Competitividade e Desenvolvimento Regional

Nas últimas décadas, profundas modificações na economia mundial premidas pelo processo de liberalização e volatilização dos mercados comerciais e financeiros e pela propagação de um novo paradigma tecnológico, vem alterando as estruturas produtivas existentes. Essa onda de inovações tecnológicas trouxe consigo, a ruptura do paradigma da produção em massa, padronizada e inflexível. A nova ordem passa a ser a flexibilização da produção com produtos personalizados baseada no sistema intensivo de informações operando com processos e métodos de organização modernos, definido pela vontade da demanda.

Uma das principais alternativas para essa mudança no processo produtivo passa a ser então, a chamada cooperação interfirmas, visando a elevação da produtividade e competitividade dos

diversos setores de um determinado segmento industrial, principalmente quanto à questão da inovação. Emerge então, um novo modelo competitivo, estruturado em torno da geração e aquisição conjunta do conhecimento, passando a contribuir para o surgimento de novos produtos e serviços a partir da integração de diferentes tecnologias, proporcionando a alavancagem da competitividade a das competências coletivas. Esse novo modelo busca dar maior ênfase à questão da valorização regional e/ou local, procurando reunir em um mesmo espaço físico diversas empresas de um mesmo segmento, no intuito de maximizar a utilidade dos recursos e potencialidades econômicas da região (Haddad, 1999).

Diante desse cenário, surgem os *clusters*, visando proporcionar às firmas melhor adequação ao conjunto de novas regras impostas pelo advento da liberalização comercial. Nesse sentido, pode-se conceitualizar um *cluster* como sendo: "(...) uma aglomeração de empresas geograficamente localizadas que desenvolvem suas atividades de forma articulada, a partir, por exemplo, de uma dada dotação de recursos naturais, da existência de capacidade laboral, tecnológica ou empresarial local, e da afinidade setorial dos seus produtos. A interação e a sinergia, decorrentes da atuação articulada, proporcionam ao conjunto de empresas vantagens competitivas que se refletem em um desempenho superior em relação à atuação isolada de cada empresa (BEZERRA, 1998; 8)".

Embora a discussão sobre *cluster* seja recente, Alfred Marshall, na segunda metade do século XIX, sistematizou um estudo sobre os benefícios da concentração produtiva espacial de pequenas e médias empresas (PME's), com os chamados "distritos industriais". Em sua teoria, Marshall enfatizou a dimensão locacional, destacando que a concentração acarretaria uma alternativa para a divisão competição-cooperação, aumentando a eficiência e, por conseguinte a capacidade competitiva das empresas envolvidas no processo.

Nos estudos atuais, elementos novos foram incorporados às análises da dinâmica industrial localizada. A concentração geográfica e setorial de firmas consiste em um dos fundamentos principais para a formação de um arranjo produtivo locacional, neste caso um *cluster*. Contudo, não é um elemento básico, pois, isoladamente não se mantém. A sustentabilidade deste, centra-se na articulação entre economias externas e a "eficiência coletiva" dos agentes, que capta o aspecto essencial do desempenho econômico em seu interior.

Nesse sentido, os *clusters* pressupõem um fenômeno mais geral que os chamados "distritos industriais". Compreendem todo tipo de aglomeração de atividades, independente do tamanho das unidades produtivas e da natureza da atividade desenvolvida, podendo ser da indústria de transformação, do setor de serviços ou da própria agricultura.

No plano teórico, a importância dos *clusters* tem sido enfatizada por análises que se encontram agrupadas em quatro linhas de pesquisa: organização industrial; área de desenvolvimento tecnológico (inovação e difusão); economia regional e nova geografia econômica.

Os estudos de Organização Industrial buscam apontar a importância de se identificar de forma concisa, qual a estrutura interna desses arranjos produtivos, envolvendo questões importantes, tais como: o nível de especialização setorial das mesmas; o grau de desenvolvimento e investimentos na área tecnológica; o tamanho relativo de seus membros participantes; as junções interindustriais subjacentes; os padrões de concorrência que prevalecem nos mercados respectivos e as vantagens competitivas que podem ser geradas a partir da estruturação desses arranjos (BRITTO; ALBUQUERQUE, 2002).

No que concerne a área de Desenvolvimento Tecnológico, sua representação consta de uma base formada pelos institucionalistas, neo-schumpeterianos e evolucionistas, também chamados de localistas, que valorizam elementos da inovação tecnológica no

desenvolvimento local. Pode-se perceber este processo de duas maneiras. Inicialmente sugere-se que padrões localizados de desenvolvimento facilitam processos coletivos de aprendizado, de tal maneira que informação e conhecimento rapidamente se difundam no ambiente local, aumentando a capacidade criativa das firmas e instituições. Em segundo lugar, um sistema produtivo localizado auxilia a reduzir os elementos de incerteza, o que também facilita a inovação local, pois permite um melhor entendimento dos possíveis resultados das decisões da firma (CASSIOLATO; LASTRES, 1999).

Em comparação com essas áreas de pesquisa, os estudos de Economia Regional visam contribuir para o maior interesse na região como umnexo de interdependências. Procuram enfatizar a importância dada a certos "fatores locais" que influenciam o estabelecimento de uma indústria em determinada região. Além disso, buscam tornar notórias as potenciais forças que induzem este processo e os impactos que terão sobre a dinâmica de reprodução e transformação de regiões geoeconômicas específicas.

No que tange a proximidade geográfica, esta aparece como indutora de externalidades por aglomeração, como disponibilidade de mão-de-obra qualificada e acesso aos insumos necessários, gerando retornos crescentes que acarretam vantagens competitivas para as empresas ali localizadas, como sugerido por Krugman (1991).

Dessa forma, pode-se constatar que essas abordagens apresentam pontos de confluência e complementaridade entre si, tais como: a importância da "proximidade" entre os agentes como fator de indução de articulações e interações entre os mesmos. Além disso, essas análises salientam também, a importância do contexto social e institucional subjacente como fator de estímulo à consolidação dos aglomerados. Para enfatizar, o estudo de Porter (1990) apresenta os *clusters* como uma vantagem competitiva de regiões, fruto da harmonia entre concorrência e cooperação que permitem explorar as competências locais.

Nesse sentido, cabe salientar, que os *clusters* podem surgir espontaneamente, considerando-se alguns fatores históricos, sociais e políticos bastante específicos à sua formação. Também, podem surgir da ação dos governos nacionais ou de agências locais de desenvolvimento que auxiliam na criação das condições necessárias para a sua implantação e consolidação.

O conceito de *clusters* tem sido utilizado tanto por análises estritamente qualitativas-descriptivas baseadas em "estudos de caso" como por análises de cunho mais quantitativo. As análises qualitativas, geralmente pressupõem que os arranjos produtivos podem ser associados a um setor específico ou a uma região geográfica bem delimitada. Procuram avaliar a junção e classificação dos agentes segundo a performance produtiva e tecnológica do setor investigado (Britto; Albuquerque, 2002). Além disso, esta análise auxilia na realização de ações conjuntas e coordenadas entre os agentes, baseando-se no intercâmbio de informações e no fortalecimento das relações cooperativas entre os mesmos, facilitando a antecipação das tendências de comportamento do mercado.

Em oposição às análises qualitativas, destacam-se as análises quantitativas. Essas análises são elaboradas, principalmente, a partir da identificação de dois aspectos fundamentais: "similaridade" e "interdependência" (Britto, 2000). O primeiro aspecto pressupõe que diferentes atividades econômicas se estruturam em *clusters* porque necessitam do mesmo tipo de capacitação para operar de forma eficiente. Nesta perspectiva, os *clusters* são concebidos como uma união de produtores similares que usufruem de vários benefícios que não são possíveis de serem alcançados, em caso de atuação isolada.

O segundo aspecto pressupõe a consistência de uma "interdependência" interna entre os agentes de um *cluster*, onde as relações entre setores ou atividades são vistas como propulsoras da dinâmica interna dos arranjos produtivos. Uma característica importante da

"interdependência" está na forma como se dá a configuração da cooperação entre as firmas do segmento industrial posto em evidência. Alguns se caracterizam pela presença de uma empresa líder denominada "*core network*", onde se verificam atividades correlatas ao redor e em função de uma empresa nuclear, com a função de coordenar e impulsionar a atividade econômica em foco, valorizando as relações interfirmas. Outra experiência centra-se, na presença de entidades e/ou agentes públicos e privados imbuídos da questão organizacional do arranjo, não existindo uma empresa líder no setor, os chamados *impannatori* (GARCIA, 1996).

As inter-relações entre os agentes do *cluster* podem assumir diferentes formas. Há relações verticais, que ocorrem tanto à *jusante* (fornecedores, subcontratados) como à *montante* (compradores) de uma cadeia, como as relações horizontais, que incluem o *marketing* conjunto de produtos, aquisições coletivas de insumos e utilização comum de instalações, máquinas e equipamentos. Seus efeitos, assim como os das economias externas, podem ser estáticos, com repercussões em termos de eficiência, e dinâmicos, traduzidos em progresso técnico e tecnológico ascendente. Estes fatores quando combinados proporcionam maior rapidez na inovação, representando incremento da competitividade e melhoria nas perspectivas de crescimento.

Note-se que a ênfase na importância dos vínculos locais não significa requerer que no interior dos *clusters* não exista a prática da competição. Nas experiências observadas, a competição sempre foi e segue sendo acirrada, a rivalidade entre as empresas torna-se um elemento necessário para o desenvolvimento e a sobrevivência dos mesmos. Todavia isto não exclui a ação conjunta, a cooperação. "*A coexistência da rivalidade e cooperação é possível pelo fato de elas estarem presentes em dimensões distintas dentro do cluster e, acima de tudo, pelo fato de serem exercidas por atores diferenciados*" (LINS, 2000: 238).

Contudo, uma empresa inserida em um *cluster* será competitiva não em função do tipo de atividade que desenvolve, mas em função da forma de utilização dos recursos disponíveis, dos métodos de produção adotados e da tecnologia empregada no processo de produção. Esses atributos estão ligados ao ambiente local de negócios, ou seja, às instituições que compõem um arranjo produtivo e às atividades por elas desenvolvidas. Nesse sentido, seguindo-se estes critérios, os *clusters* podem ganhar maior eficiência e competitividade.

Dessa forma, é difícil imaginar a ascensão de atividades econômicas de qualquer natureza e em qualquer escala produtiva numa região que não disponha de competitividade em termos de preço e de qualidade para enfrentar bens e serviços equivalentes que chegam aos seus municípios e localidades com custos de transportes e impostos alfandegários cada vez mais declinantes (Haddad, 1999). O *cluster* surge então, como uma alternativa para viabilizar esse processo. Através destes, ocorre a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de regiões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social.

No caso brasileiro, a relevância dos estudos em termos de *cluster* é reforçada em consequência de aspectos específicos. Em particular, o processo de reestruturação dos setores produtivos, ocorrido na década de 90 tem gerado importantes modificações nas ações existentes entre os diversos atores internalizados nas cadeias produtivas e também, a forte influência do padrão de localização espacial das atividades que vem se alterando. As crescentes pressões pela busca de maiores níveis de eficiência na utilização de fatores produtivos têm estimulado a localização de atividades produtivas em regiões onde a disponibilidade de fatores seja mais favorável, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo (BRITTO; ALBUQUERQUE, 2002).

As análises mais recentes na economia brasileira sobre *cluster* remontam ao cenário do agronegócio. Segundo Haddad (1999, p.24) os *clusters* consistem de "*indústrias e instituições*

que possuem ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontalmente quanto verticalmente e que, usualmente, incluem: empresas de produção especializadas; empresas fornecedoras; empresas produtoras de serviços; instituições de pesquisa; instituições públicas e privadas de suporte fundamental”. O foco principal da formulação de *clusters* voltados ao agronegócio encontra-se na valorização e exploração das atividades econômicas em que a região se sobressai, reforçando suas capacidades produtivas especializadas, ocasionando a promoção de seu crescimento e posterior desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o estudo dos *clusters* agroindustriais procura mostrar as integrações e inter-relações entre sistemas ou cadeias agroindustriais, em um espaço delimitado, o que não é possível vislumbrar apenas com uma análise sob a ótica de “sistemas agroindustriais”, da escola de Harvard, ou de “cadeia agroindustrial”, da escola francesa, pois analisam o processo *a montante* e *a jusante* da propriedade rural de um produto específico.

As vantagens dos *clusters* agroindustriais, estão exatamente na integração com outros sistemas, de modo que há possibilidade de sinergismos entre as diversas atividades, aproveitamento de produtos, subprodutos e resíduos de um sistema para outro, bem como possibilidade de utilização de estruturas físicas para múltiplos sistemas, permitindo economias de escala, trocas de informações, menor dependência a segmentos externos, diminuição de custos, enfim, como maior competitividade das empresas isoladamente e do conjunto.

Tendo esse cenário como base, a Associação Brasileira do *Agribusiness* (ABAG), propôs a utilização do termo *agrichuster*, para reportar-se aos estudos de caso voltados a todo complexo agroindustrial. Para tanto, incorporou a metodologia de *agribusiness* (organização do processo *a montante* e *a jusante* da propriedade rural) e a análise de *cluster*. Nesse sentido, a aplicação da visão de *agrichuster* tem como meta principal, fortalecer a competitividade das localizações que têm no agronegócio parcela expressiva de sua estrutura produtiva.

No conceito de *agrichuster*, o elemento central é a cadeia produtiva, em torno da qual se organizam os clientes e canais de distribuição, a indústria de insumos e fatores de produção. Soma-se ainda a infra-estrutura especializada, uma rede de prestadores de serviços, associações e entidades de apoio, universidades, instituições de pesquisa e serviços de treinamento para a capacitação de mão-de-obra. Esse conjunto de elementos deve se integrar para permitir o crescimento do *agrichuster* e sua sustentabilidade.

No *agrichuster*, competição e cooperação andam juntas. Um dos grandes benefícios da aglomeração de empresas concorrentes na localidade é a enorme pressão competitiva existente entre elas. A competição favorece a comparação, a melhoria contínua e a busca permanente da inovação. Mas a presença de concorrentes lado a lado cria também necessidade de cooperação em torno de objetivos comuns, no intuito de enriquecer a posição do *agrichuster* local frente a seus concorrentes na economia nacional e global.

Portanto, a concretização de um *agrichuster* em uma região que ofereça as condições necessárias, induz a aceleração do processo de desenvolvimento desta localidade. A agregação de valor aos produtos, o empenho de toda cadeia, tanto vertical quanto horizontalmente, além do auxílio das instituições públicas e privadas da região contribuem para que o *agrichuster* trace seu perfil sustentável. Esse modelo de desenvolvimento pode ser introduzido em regiões potenciais do país que têm no agronegócio parcela expressiva de seu PIB, auxiliando, também, na permanência do homem no campo e no aumento da competitividade e do fortalecimento das mesmas.

5. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procurou-se demonstrar que a discussão em torno dos diversos conceitos que permeiam as ações voltadas ao agronegócio ao longo do tempo, incorporaram novas idéias e chegaram no que hoje se transformou em um dos principais focos da atividade econômica: os *clusters* e mais recentemente os *agriclusters*.

As análises sobre a constituição de *clusters* ressaltam algumas propriedades básicas, onde se destacam: a) a presença de economias externas, relacionadas à possibilidade de se reproduzirem e difundirem localmente conhecimentos técnicos e qualificações profissionais especializadas, que conferem vantagens competitivas aos participantes do *cluster*; e b) a presença de princípios de cooperação e competição entre as firmas participantes, o que resulta na consolidação de regras e normas de conduta que permitem uma redução substancial dos custos de transação com os quais se defrontam os agentes.

Envolto por esse cenário, os agentes pertencentes a um *agricluster* conseguem auferir maior agregação de valor ao seu produto, tornando-o mais competitivo, fator este, extremamente valorizado em um ambiente globalizado em que se encontram. Porém, as análises que permeiam este conceito necessitam ainda de amparo, tanto de ordem teórica quanto empírica. Muitos estudos baseados em termos de *agriclusters* não apresentam a uniformidade que o termo exige. Para tanto, precaução e análises minuciosas da teoria, subsidiada pela pesquisa de campo devem fazer juz ao entendimento do mesmo para que não se torne apenas um prolongamento de diversos conceitos já existentes, sem agregar novos conhecimentos de ordem qualitativa e quantitativa.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRIBUSINESS, 1º Congresso Brasileiro de *Agribusiness* junho, 2002.
- BATALHA, M. Gestão Agroindustrial. São Carlos, ed. Atlas, 1999.
- BEZERRA, F. Agrupamentos (*Clusters*) de Pequenas e Médias Empresas: uma Estratégia de Industrialização Local. CNI, Brasília, 1998.
- BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. *Clusters* Industriais na Economia Brasileira: uma Análise Exploratória a Partir de Dados da RAIS. Estudos Econômicos, São Paulo, v.32, n.1, p.71-102, jan/mar 2002.
- BRITTO, J. Características Estruturais dos *clusters* Industriais na Economia Brasileira. Nota Técnica nº 29/00, Rio de Janeiro, jun. 2000.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (eds). (1999) Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais do Mercosul. Brasília: IBICT/MCT.
- GARCIA, R. DE C.; Aglomerações Industriais ou Distritos Industriais: um Estudo das Indústrias Têxteis e de Calçados no Brasil. Campinas, IE, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- HADDAD, P. (org) A Competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil: Estudos de *Clusters*. Brasília, CNPq - Embrapa, 1999.
- HIRSCHMAN, A.O. *The strategy of economic development*. New Haven, Yale University Press, 1958.
- KRUGMAN, P. *Geography and trade*. Cambridge Massachusetts, MIT Press, 1991.
- LINS, H. N. *Clusters* Industriais, Competitividade e Desenvolvimento Regional: da Experiência à Necessidade de Promoção. São Paulo, Estudos Econômicos, v.30, n.2, p.233-265, abr/jun, 2000.
- PEREIRA, E. A. Complexos Industriais: Discussão Metodológica e Aplicação à Economia Brasileira (1970-1975). Rio de Janeiro, 1985 (Dissertação de Mestrado).
- PERROUX, F. Nota sobre o conceito de pólo de crescimento, 1955. In: Perroux, F. et al. A planificação e os pólos de desenvolvimento. *Cadernos de teoria e conhecimento*, n.6. Porto, Edições Rés Ltd., 1975.
- PORTER, M. E. Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um Desempenho Superior. Rio de Janeiro, 1990.
- ZYLBERSTAJN, D.; NEVES, M. F. Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares. São Paulo, ed. Pioneira, 2001.